

RESEARCH ARTICLE

Silêncios Da Dor: Enfoque Geracional E Agência No Caso Do Desastre Radioativo De Goiânia, Brasil

Telma Camargo da Silva

Este texto focaliza o desastre radioativo de Goiânia, Brasil, a partir das narrativas enunciadas, em 2004, por jovens que vivenciaram a catástrofe, em 1987, enquanto crianças. A pesquisa foi motivada pela constatação, através do trabalho de campo realizado ao longo das últimas décadas, que estes jovens ocultavam no cenário público o pertencimento do desastre. Desta forma, em contexto em que as lembranças configuram a memória traumática e instituem uma *persona césio*, problematizo o silêncio como uma forma de agência. Argumento também que a compreensão dos impactos sociais e emocionais de um evento crítico demanda uma reflexão sobre as situações de vulnerabilidade social dos grupos envolvidos entre as quais aquelas engendradas pela geração.

Palabras claves: Trauma e Agência; Narrativas e Radiação; Memórias Traumáticas; Sofrimento Social; Política da Memória

The text focuses on the Goiânia radiological disaster from the point of view of young people's narratives, expressed in 2004, about their experiences as children back in 1987. The research draws on observations made in long term fieldwork with these young people as they hid their identities as disaster victims in the public sphere. Hence, in contexts in which the remembrances configure traumatic memory from this disaster and engender the *cesium persona*, I argue that their silence is a form of agency. I sustain as well that the understanding of the social and emotional impacts of a critical event implies taking into consideration the situation of social vulnerabilities of the people affected, including those which are produced over generations.

Keywords: Agency and Trauma; Radiation Narratives; Traumatic Memories; Social Suffering; Politics of Memory

Introdução: Os caminhos que me levaram a ouvir os jovens do desastre de Goiânia

O desastre radioativo com o césio-137 ocorrido na cidade de Goiânia, Brasil (**Figuras 1 e 2**), situado oficialmente em 1987, tem sido objeto de minhas reflexões, preocupações e emoções nos últimos vinte e nove anos. Como moradora dessa cidade em fins dos anos oitenta do século passado fui, desde o início, impactada pelas informações veiculadas pela mídia sobre a radiação que se espalhou por setores da capital do estado de Goiás em decorrência da liberação de 17 gramas de césio-137 provenientes da abertura de um aparelho radioterápico (Ciência Hoje 1988: 14). Este equipamento, abandonado pelos então proprietários do Instituto Goiano de Radioterapia (IGR), foi coletado, desmontado por catadores de papel que posteriormente comercializaram suas partes e distribuíram o 'pó de césio' entre parentes e amigos. Quatro pessoas morreram nos dias sub-

sequentes ao desmantelamento deste aparelho usado para o tratamento de câncer e duzentas e quarenta e nove foram consideradas contaminadas segundo relatórios publicados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e pela Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA 1988). Nomeadas de *radioacidentados* pelo sistema biomédico-nuclear, e de *vítimas diretas* pela Associação das Vítimas do Césio-137 (Silva 1997: 67–79), estas pessoas foram identificadas segundo as marcas deixadas pela contaminação (interna ou externa) em seus corpos: radiodermites e/ou doses comprovadas de radiação.

Embora desastres com equipamentos radiológicos já houvessem ocorrido anteriormente (Cidade do México 1962, Argélia 1978, Cidade Juarez no México 1983, Marrocos 1984) o de Goiânia foi considerado pela IAEA, em 1988, como sendo o mais grave (IAEA 1988: 11). Os números de vítimas definidos pela CNEN e pela Fundação Leide das Neves Ferreira (FUNLEIDE)¹ são até hoje, 2016, objeto de contestação dando origem a um processo de judicialização da saúde (Silva 2015a; Silva 2015b: 287–289).



Figura 1: No lado esquerdo superior, mapa do Brasil com indicação do estado de Goiás, na cor vermelha. Ao centro, mapa do estado de Goiás, com indicação da cidade de Goiânia, em vermelho. Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu (https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/goias_mesomicromunicip.svg).

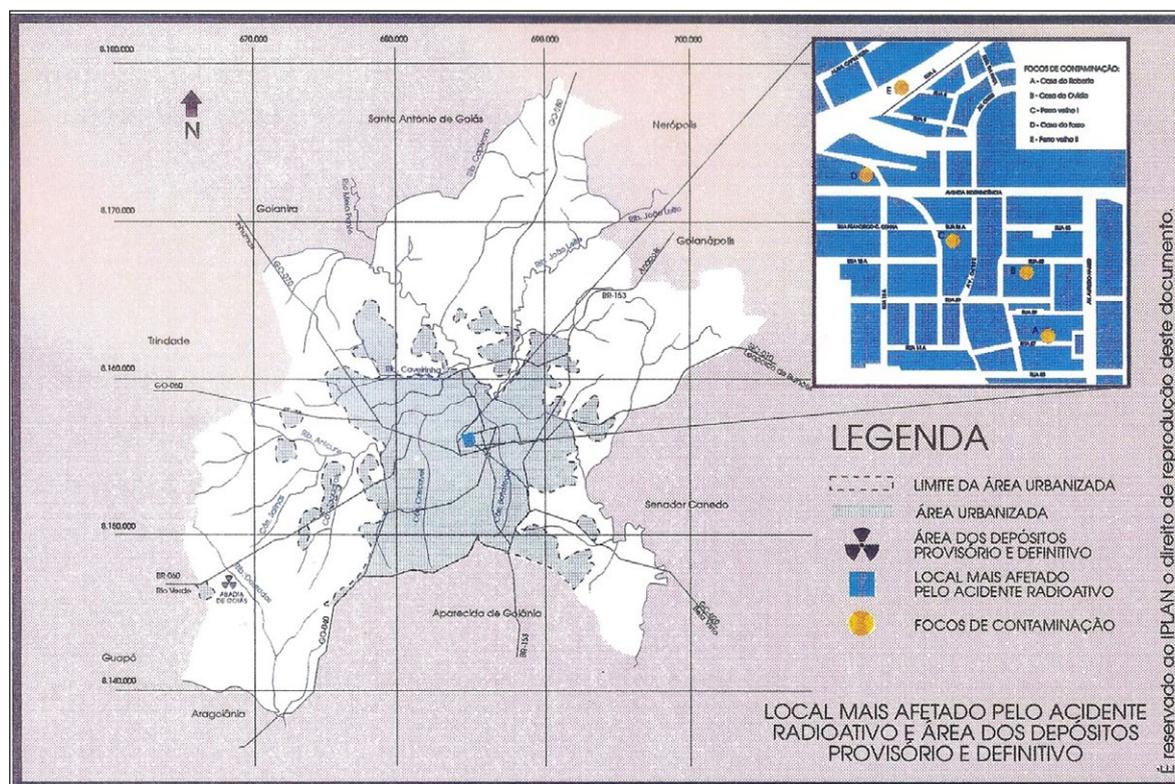


Figura 2: Mapa da cidade de Goiânia com indicação da área mais afetada pelo desastre radioativo. Na parte inferior e à esquerda, sinalizado com o símbolo da radiação, o local onde está situado o depósito de rejeitos radioativos (Instituto de Planejamento Urbano – IPLAN – 1991).

Como antropóloga, tomei este desastre como tema de pesquisa e minhas análises focalizam as diferentes políticas de invisibilidade entre as pessoas atingidas por esta catástrofe. Nesta perspectiva, o desastre de Goiânia é apreendido como uma dramaturgia social – apropriando a terminologia usada por Palmlund (1992) em suas análises sobre percepções de risco. Um drama em que as narrativas sobre a dor, a identidade de vítima da catástrofe, o número de pessoas contaminadas, o local de destino dos rejeitos radioativos, os locais contaminados, as medidas compensatórias e sobre a causalidade de ocorrência de doenças relacionadas à catástrofe evidenciam um contexto processual de disputa tecido ao longo dos anos. A controvérsia sobre o desastre desvenda um cenário no centro do qual se articulam formas diferentes de conhecimento: por um lado, o saber perito nuclear fundamentado na premissa de objetividade de doses de radiação e usado para controle do número de pessoas afetadas e na definição da temporalidade do desastre; de outro, as experiências e narrativas das pessoas que vivenciam o cotidiano da cidade contaminada indicando um evento que transborda os limites temporais e espaciais definidos pelo Estado a partir das narrativas produzidas pelo sistema perito biomédico-nuclear.

Este cenário de disputa engendra a política da memória do desastre (como entendida por Yoneyama 1992 e por mim apropriada) ao mesmo tempo em que expõe, de forma distinta, o agenciamento e o protagonismo de diferentes grupos sociais afetados, por exemplo, os *policiais do césio* (Silva 1998a; Silva 1998b) e o das vítimas integrantes da Associação das Vítimas do Césio-137. No caso dos policiais militares estes fizeram uso de uma memória performatizada através da qual as marcas do desastre impressas no corpo doente foram publicamente expostas (Silva 2015b). Na ausência de doses comprovadas de radiação, requeridas pelo sistema perito médico-nuclear para designação de *vítima do desastre*, eles também recorreram aos acervos documentais em busca de registros de horas de trabalho realizadas nos locais contaminados como indicação e prova de ‘eu estive lá’ (Silva 1998a). Já para os *radioacidentados*, legalmente e cientificamente, segundo o entendimento da CNEN, reconhecidos desde os primeiros momentos de gestão do desastre como vítimas da catástrofe, a dramaturgia social não acontece na busca do reconhecimento de uma experiência de pertencimento ao drama, como no caso dos policiais militares, mas no empreendimento de ações para que os direitos reconhecidos sejam efetivados.

Ao longo dos anos, a Associação das Vítimas do Césio trava um embate contínuo frente ao Estado visando o fornecimento de medicação, melhores condições de atendimento de saúde e atualização da pensão de acordo com o aumento da inflação vigente no Brasil. Considerando as alterações que o organismo humano pode sofrer a médio e longo prazo em consequência da exposição à radiação e o caráter de herança genética intergeracional entre pais/mães, filhos/filhas e netos/netas, as atividades desta associação devem ser pensadas para além do momento presente enquanto importante ator social na garantia de direitos atuais e futuros. Projetando então sua

atuação para uma temporalidade futura como guardião do cumprimento de direitos adquiridos, uma evidência me chamou atenção em termos das lideranças que surgiram para implementação de sua agenda: sempre foram os adultos de 1987 que assumiram o protagonismo das ações. As crianças e adolescentes, classificadas como radioacidentados e atualmente adultos jovens, não foram e não se sentiram envolvidas pelas atividades desta associação. A minha percepção desta invisibilidade ecoou a preocupação de lideranças desta entidade que em conversas manifestaram inquietação pela não-renovação de seus quadros. Para eles, a pensão vitalícia que segundo lei estadual,² inclui até a segunda geração dos radioacidentados, só será cumprida se houver uma constante ação e vigilância da Associação das Vítimas do Césio. Assim, a não renovação de lideranças é vislumbrada como uma ameaça de perda no futuro das medidas compensatórias já adquiridas.

As evidências da ausência dos jovens radioacidentados na cena pública, no protagonismo da Associação, e o entendimento de que esta invisibilidade merecia ser problematizada e estudada me trouxeram de volta ao campo em 2004. Tinha como objetivos entender: a recusa de protagonismo no processo de agência empreendido pela Associação das Vítimas do Césio – 137; a procura dos jovens pela invisibilidade como vítima do desastre e a recusa em serem sujeitos narradores da catástrofe. Este texto retoma então dados desta pesquisa realizada em 2004 com jovens adultos que vivenciaram o desastre radioativo de Goiânia enquanto crianças e classificados pela FUNLEIDE como vítimas/radioacidentados. A análise se articula a partir de duas questões centrais: Que particularidades a experiência percebida em termos geracionais traz para entendimento desta catástrofe entendida como um evento crítico (Das 1998: 6)? Como pensar o silêncio e a procura pela invisibilidade enquanto vítima do desastre?

Questões de ordem metodológicas: percebendo e escutando o silêncio dos jovens

A pesquisa desenvolvida em 2004 dá continuidade a um trabalho de campo realizado em diferentes momentos nessas últimas décadas. Primeiro, como integrante, no período de 1987 a 1989, do Núcleo de Núcleo de Acompanhamento do Acidente Radiológico de Goiânia (NUAC), da Universidade Federal de Goiás (Silva 2014) acompanhei a criação da Associação das Vítimas do Césio-137; fiz os primeiros contatos com os *radioacidentados*; com as pessoas classificadas pela associação acima mencionada como *vítimas indiretas* porque não carregavam em seus corpos as marcas visíveis do desastre (Silva 2015b: 275–276); frequentei as audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa de Goiás em que as medidas de compensação foram apresentadas e negociadas. Percorri também os lugares por onde a radiação e a circulação de pessoas, animais e objetos contaminados haviam deixado seu rastro na paisagem urbana da capital de Goiás.³ Estes ‘caminhos da radiação’ foram registrados em mapas produzidos pela CNEN, apreendidos na obra do artista plástico Siron Franco, e entendidos e interpretados por mim como narrativas visuais do desastre (Silva 2016a).

Posteriormente, entre 1996–1997, voltei ao campo para realizar a minha pesquisa doutoral (Silva 2002). Nesse momento, retomei contato com as pessoas que havia conhecido anteriormente; com os integrantes da Associação das Vítimas do Césio-137; com membros de partidos políticos envolvidos nas questões relativas ao desastre e ampliei a rede de interlocução. Novos atores sociais adentraram a cena da pesquisa: gestores e profissionais da FUNLEIDE e um grupo de policiais militares. Estes entraram na rede social do desastre porque, em 1996, tornaram públicas suas percepções de que o trabalho realizado, em 1987, na contenção do desastre e na vigilância feita no depósito provisório de rejeitos radioativos, localizado em Abadia de Goiás, a vinte quilômetros do centro de Goiânia, causaram suas doenças, entre elas, diferentes formas de câncer.

O interesse em ouvir as narrativas dos jovens sobreviventes do desastre resulta então do longo período de campo que me proporcionou acompanhar a trajetória e o ciclo de vida dos integrantes de algumas famílias dos chamados radioacidentados e suas trajetórias e cujos diagramas de parentesco são apresentados no mapeamento que fiz da rede social de exposição à radiação (Silva 2002: 137–160; 2009: 97 – 106). Entre os membros desses núcleos familiares, as crianças e adolescentes que aparecem nas fotografias captadas por mim em 1988–1989 se tornaram jovens e bebês nasceram. Enquanto o grupo das pessoas mais velhas se reduzia em decorrência de falecimentos, este grupo de jovens se ampliava, configurando uma população de *vítimas/radioacidentados* demograficamente e socialmente distinta daquela configurada em 1987.⁴ Inclusive, como afirmado anteriormente, enquanto ator político no contexto da Associação das Vítimas do Césio-137. No cenário da multivocalidade narrativa, através da qual os/as interlocutoras e interlocutores narravam suas experiências e lembranças, me instigava a ausência das falas dos jovens. Relendo minhas anotações de campo encontrei outras evidências que sinalizavam para a necessidade de uma investigação cuidadosa sobre o ‘silenciamento’ dos jovens como o trecho seguinte: ‘Quando em visita à casa de alguns radioacidentados mais velhos, os jovens se afastavam quando o tema do desastre era abordado e muitos deixavam suas casas quando me viam chegando’.

Configurada a problemática da pesquisa, uma questão metodológica se impunha, qual seja: se havia uma recusa da narração, da fala, como construir a interlocução com estes sujeitos que recusam a enunciação? Em conversa com pais e mães destes jovens, a geração mais velha do desastre e que já integravam a minha rede de pesquisa desde 1987, foi sugerido que eles fariam a mediação dessa interlocução e as conversas seriam realizadas no ambiente familiar. O tema desses encontros não seria a rememoração dos fatos do desastre, mas o porquê da recusa em falar sobre o ‘césio 137’. As primeiras reuniões, realizadas em suas residências, giraram em torno da devolução das fotografias que havia feito destes jovens ainda crianças em eventos relacionados ao desastre: as reuniões na Assembleia Legislativa de Goiás; a missa de um ano do desastre que teve a participação ativa das crianças nos diversos momentos do ritual. Para alguns destes jovens adultos as fotos entregues eram as únicas imagens registradas desse período de vida.

Logo, a relação previamente construída com os parentes destes jovens adultos, classificados como *radioacidentados/vítimas diretas* e participantes da Associação das Vítimas do Césio-137, foi definidora de com quem construir a interlocução em 2004. Consultando documentos da Fundação Leide das Neves Ferreira (FUNLEIDE – Dosimetria dos Pacientes de Acompanhamento Médico Grupo I, II e III; FUNLEIDE Listagem Oficial do Grupo III (519 Pacientes), ambos datados de 1996, selecionei um grupo de 25 pessoas. Entre elas, sete recusaram claramente se encontrar comigo mesmo com a intermediação dos parentes. Outros marcaram encontros e não apareceram. Ao final, um grupo de 18 pessoas participou da interlocução que realizei em 2004 e sobre a qual construo o presente texto.⁵ Dezesesse tinham entre dois meses e quatorze anos (somente uma) em 1987 e duas nasceram pós-1987.

A catástrofe de Goiânia como um desastre radioativo: perspectiva teórica e contexto histórico de constituição da dramaturgia social do desastre

A minha compreensão do evento de Goiânia como um desastre, um fenômeno processual, caracterizado por múltiplas e conflitantes narrativas, contrasta com as afirmações existentes de que a catástrofe terminou quando a CNEN declarou a cidade descontaminada, em dezembro de 1987. Ou, quando afirma que é ‘uma página virada na história da cidade’ com a inauguração do depósito definitivo de rejeitos radioativos, em Abadia de Goiás, em 1997 (Silva 2016b). Ao mesmo tempo, esta perspectiva problematiza os conceitos existentes de *desastre* e *acidente* para se referir ao mesmo acontecimento.

Do ponto de vista nuclear e biomédico, a ocorrência é nomeada de acidente, com o seu foco centrado nas doses de radiação emitidas e propagadas e no controle e descontaminação física de indivíduos e lugares. O interesse da investigação científica é definido com base nas doses estabelecidas quando o evento ocorre e ou/é detectado. O estudo dos prováveis efeitos genéticos é motivado pelas definições matemáticas estabelecidas à época da emergência e pelo nível de contaminação que indivíduos e locais atingiram segundo a escala métrica dos especialistas. A pesquisa biomédica, no caso de Goiânia, por exemplo, privilegiou as altas doses de radiação em detrimento das baixas doses. Desta forma, apesar de duzentas e quarenta e nove indivíduos terem sido classificados pelos peritos do Estado como vítimas da radiação, os especialistas nucleares direcionaram o foco científico para vinte pessoas que tiveram as doses mais altas de contaminação radioativa e que foram hospitalizadas em 1987, quando da fase emergencial. Em resumo, nesta perspectiva, o evento apreendido pela categoria de acidente, é sustentado pela avaliação matemática e física da contaminação. A dor reconhecida é aquela legitimada pelas medições do contador Geiger-Muller, das canetas dosimétricas, dos resultados do Contador de Corpo Inteiro, dos exames laboratoriais e o sofrimento, por ser matematicamente aferido, entendo que pode ser nomeado como *sofrimento métrico* (Silva 2004a: 212–213).

É esta configuração de acidente que é repassada pelo sistema perito nuclear para a imprensa. Coube assim aos meios de comunicação da chamada ‘grande imprensa’ – e em contexto anterior ao surgimento da mídia eletrônica – repercutir para a população o termo acidente para nomear o fato de um elemento inodoro, incolor, sem sabor e invisível ter se espalhado pela cidade provocando dor, doenças e mortes. Importante assinalar que esta realidade era filtrada por imperativos formais de cobertura jornalística em que a complexidade de um desastre passa por um *processo de estilização* próprio do meio de comunicação como analisado na cobertura do desastre de Chernobyl (Patterson & Wilkins 1988). Mas, principalmente, apontar que o uso do termo sem nenhuma problematização institui a mídia como um dos atores políticos da dramaturgia social do desastre (Silva 2016b). Assim, as vítimas mesmo contestando em seus relatos orais o conteúdo das narrativas da CNEN e da FUNLEIDE, nomeiam o evento segundo o termo proposto pelo sistema perito nuclear/biomédico e repercutido pela mídia: um acidente.

Em oposição a esta compreensão, os cientistas sociais trabalhando com eventos similares entendem estes fenômenos como um processo e consideram as condições de vulnerabilidade nas quais uma população afetada se encontra em decorrência de circunstâncias sociais, históricas, tecnológicas, políticas e econômicas (Oliver-Smith 1996: 303). Esta perspectiva engendra um conceito de desastre que enfatiza as dimensões sociais e políticas de uma catástrofe e não os aspectos numéricos, físicos ou biomédicos ressaltados pela noção de acidente formulada pelos cientistas das *hard sciences*. Da mesma forma, a literatura no campo das ciências sociais sobre a exposição de pessoas à radiação enfatiza os aspectos sócio-culturais que engendram o sofrimento dos atingidos e que extrapolam a categoria biomédica de síndrome aguda da radiação manifestada através da náusea, diarreia, vômito, perda de cabelo e queimadura na pele e que ocorrem imediatamente à exposição à radiação. As incertezas e medos quanto ao aparecimento de doenças relacionadas à contaminação como câncer, infertilidade e processo acelerado de envelhecimento se traduzem em mudanças na forma das pessoas viverem os seus cotidianos e são questões de saúde.

É neste contexto que surge também a controvérsia, inclusive entre alguns profissionais de saúde, sobre o que seja a ‘doença da radiação’. Esse debate reafirma a necessidade de análises que ultrapassem os parâmetros das concepções biologizantes como argumentado pelos cientistas sociais. No caso de Hiroshima, por exemplo, Lifton (1967) assinala a polêmica ocorrida no meio médico sobre a definição da Doença da Bomba (*a Bomb Disease*), termo usado localmente para se referir aos sintomas apresentados pelas pessoas. Alguns estavam preocupados com a imediata falência do corpo, outros usaram questões mais amplas envolvendo desordens psicológicas e sociais. De acordo com o Comitê para Compilação de Material sobre os Danos Causados (*Committee for the Compilation of Material on Damage Caused*) pelo bombardeamento atômico de Hiroshima e Nagasaki:

‘O dano provocado pela bomba, então, é tão complexo e extenso que ele não pode ser reduzido a uma única característica ou a um só problema. Ele tem de ser visto em termos globais, como um conjunto inter-relacionado: maciça perda humana e física, desintegração social, choque psicológico e espiritual que afetam toda a vida e a sociedade como um todo. Somente então, pode-se compreender a gravidade do conjunto de seu impacto nos sistemas biológicos que sustentam a vida e a saúde, nos sistemas biológicos que possibilitam às pessoas a viverem juntas, e sobre as funções mentais que contém estas duas dimensões numa unidade integrada. A essência da destruição atômica repousa no aspecto da totalidade que tem seu impacto no indivíduo e na sociedade e em todos os sistemas que afetam suas mútuas continuidades.’ (Alcalay 1993: 10) (Minha tradução de texto original em inglês).

Em resumo e face ao exposto, assinalo que os desastres, e entre eles os radioativos, são resultantes da inter-relação entre o impacto e a reação das populações às ações mitigadoras e compensatórias empreendidas pelo Estado e por outros setores da sociedade como o econômico e o político face aos eventos críticos. Nestas situações, os grupos sociais de acordo com a sua condição de vulnerabilidade vivenciam trauma, aflição e desordens que não são provocadas somente pela dor física, mas também pela luta que as pessoas empreendem por melhores condições de saúde, assistência social, pela solução de questões legais e morais que emergem no contexto pós-emergência radioativa e que constituem a dor definida como *sofrimento social* (Kleinman et al. 1997: IX). Nesta perspectiva, as narrativas dos sobreviventes dos eventos críticos, como entendo o desastre radioativo de Goiânia, ao serem desautorizadas pelo Estado e pelos sistemas peritos configuram um contexto de silenciamento imposto – e de sofrimento – sobre o qual se faz necessário atuar. Agência, nesse caso, se efetiva na luta pelo lugar da fala no espaço público como forma de legitimar a experiência dos sobreviventes face à narrativa oficial. Este cenário engendrado pela controvérsia desvenda uma dimensão do sofrimento que é configurada pelas verdades em disputa. E seria este sofrimento, o silêncio imposto – e por isto um silenciamento da narrativa- vivenciados da mesma forma pelos diferentes grupos sociais envolvidos em uma catástrofe como no caso de Goiânia? Como as respostas dadas a este desastre engendram o sofrimento expresso pelo silêncio em termos intergeracionais?

Voltando à discussão sobre a classificação baseada na dicotomia acidente/desastre, eu entendo o desmantelamento, em 1987, de um aparelho abandonado de radioterapia contendo césio-137 como um desastre porque ele rompeu as ordens sociais, culturais, políticas e econômicas, provocando a ruptura e descontinuidade do cotidiano das pessoas atingidas. Também porque expôs a vulnerabilidade de grupos sociais locais ao se defrontarem com as conseqüências danosas da tecnologia nuclear. Primeiramente, o desastre prejudicou a economia local

porque os bens produzidos em Goiás foram rejeitados nos mercados nacionais. Segundo, Goiânia e seus habitantes sofreram na fase emergencial as conseqüências de uma atitude de evitação, um processo discriminatório que levou, por exemplo, ao cancelamento de congressos nacionais anteriormente programados para a cidade. As pessoas que viajavam para outros estados tinham de requerer um documento assinado pela CNEN certificando que não estavam contaminadas e aquelas viajando de carro com placa de Goiânia tiveram seus veículos apedrejados. Terceiro, a administração de Goiás, segundo entrevista com o então governador, o médico Henrique Santillo, foi diretamente afetada porque a alocação de recursos financeiros, os esforços pessoais e políticos foram todos direcionados para as ações empreendidas em resposta ao desastre, em detrimento de outros assuntos relevantes e pertinentes ao contexto regional mais amplo.

O quarto ponto, que diretamente influenciou a forma como o desastre foi conduzido ao longo dos anos, diz respeito ao questionamento do papel da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Por um lado, o desastre de Goiânia afetou a política nuclear brasileira porque ele expôs a inadequação da legislação nuclear brasileira. Na verdade, o desastre comprovou, de forma trágica, questões já levantadas por físicos independentes sobre: a) as funções conflitantes exercidas pela CNEN como as de formulação e planejamento da política nacional de energia nuclear e a de uma agência reguladora, gerenciadora, fiscalizadora e monitoradora das várias etapas que envolvem as atividades nucleares incluindo aí os aspectos de segurança e proteção; b) denúncia da falta de controle sobre as fontes radioativas existentes no país.

Por outro lado, o desastre teve conseqüências diretas para a política nuclear também porque ele ocorreu no mesmo momento – setembro de 1987 – em que o então presidente José Sarney, anunciou (5 de setembro de 1987) que o Brasil havia conseguido dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio. A resposta institucional revelou a ausência de um plano de emergência e de um pessoal treinado para lidar com este tipo de desastre; a inadequação da centralização dos laboratórios e unidades da CNEN no Rio de Janeiro e a falta de regulamentação para depósitos de rejeitos radioativos:

[O]s especialistas da CNEN, cujas qualificações acadêmicas incluem certificados de escolas técnicas a doutorado, estavam acostumados a trabalhar com radiação dentro de normas definidas e em condições de laboratórios. Seus treinamentos seguiam os padrões de segurança e cenários de acidentes apropriados a possíveis acidentes em laboratórios que usam radiação e em usinas nucleares. Este treinamento nunca havia sido adaptado às condições de campo como aquelas apresentadas no acidente de Goiânia. Estes especialistas foram treinados para o trabalho introspectivo das ciências exatas e eram continuamente treinados dentro de medidas de segurança. Nunca foram treinados para lidar com os aspectos sociais e psicológicos deste tipo de emergência. (...) Na realidade, nin-

guém estava preparado para um desastre destas proporções. O choque maior foi sentido por aqueles que primeiramente descobriram os fatos e as condições em que se encontravam as vítimas (...). Assim que chegou em Goiânia, a primeira equipe de emergência ficou amedrontada pelas dimensões do acidente. Este choque foi combinado com a falta de infra-estruturada da CNEN para enfrentar e controlar a situação.' (Carvalho 1991: 133–134) (minha tradução de texto original em inglês).

Esta avaliação é feita também pelos próprios administradores da instituição. Em 1997, numa entrevista em que o então presidente da CNEN, José Mauro Esteves dos Santos, fez uma retrospectiva dos acontecimentos, ele afirmou:

'À época do acidente, todo o pessoal disponível nas empresas atuantes no setor nuclear foi, em algum momento, deslocado para Goiânia, para devolver à cidade as condições adequadas ao prosseguimento da vida. Embora houvesse um número satisfatório de pessoas com conhecimento técnico, não havia preparo para enfrentar uma situação dessas. Tratava-se do maior acidente radiológico do mundo.' (Ciência Hoje 1997: 57).

É neste contexto da configuração do desastre que um campo de forças se estabelece e engendra a dramaturgia social em que distintas – por vezes conflitantes- narrativas e experiências da história do desastre e de sofrimento são vocalizadas.

'Verdades em disputa': narrativas de sobreviventes adultos e o processo de silenciamento de suas narrativas

O dano que o desastre acarretou para a política nuclear brasileira, para o governo de Goiás e para o setor econômico goiano estabeleceu o campo de forças que produziu as respostas dadas ao desastre e que engendrou, também, nos anos seguintes o sofrimento social da população impactada. Em 1987/1988, sob a coordenação da CNEN, profissionais de seus diferentes órgãos, como do Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD), do Instituto de Engenharia Nuclear (INEN), do Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares (IPEN) junto com técnicos de FURNAS (operadora da usina nuclear de Angra) e da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRAS) empreenderam a descontaminação dos locais e das pessoas. Em período posterior, CNEN, FUNLEIDE e Governo de Goiás processaram a descontaminação simbólica do desastre, utilizando entre outras estratégias a des-autorização das narrativas construídas pelas vítimas sobre o evento (Silva 2005). O movimento empreendido e tornado público (1996–1997) por policiais militares que trabalharam na emergência radioativa e que dez anos depois relacionaram as doenças sofridas ao trabalho executado e por isto reivindicavam o reconhecimento de vítima foi alvo do processo de silenciamento. Suas narrativas foram caracterizadas como 'mistificações', e após dois dias de exames realizados em 115 pessoas por uma comissão de cinco peritos pertencentes ao sistema

biomédico-nuclear, é declarada a não relação de causa e efeito entre doenças/trabalho/radiação. Esta negativa engendrou um confronto de narrativas que ocuparam o cenário do legislativo goiano e federal (Silva 1998b; Silva 2001; Silva 2004b).

Funcionando como um agente-container de radiação, a coalizão entre peritos e Estado sustentou medidas e ações que desautorizaram qualquer nova reivindicação de aflição relacionada à radiação; deslegitimou as experiências cotidianas de dor dos radioacidentados. Do ponto de vista institucional, a recuperação do desastre implicou em seu congelamento no passado, e no uso do paradigma de sofrimento métrico construído pelos peritos nucleares nos primeiros momentos de administração da emergência radioativa. No entanto, as experiências do dia-a-dia e as narrativas dos sobreviventes do desastre invalidaram as alegações de encerramento do desastre, problematizaram a categoria de vítima assim como levantaram questões sobre culpabilidade, sobre os programas de proteção social e sobre os processos de compensação.

Retomando as contribuições de Kleinmam (1988) e Good (1994) de que a dor e o sofrimento ocorrem ‘no corpo que está no mundo’, argumento que as narrativas de dor dos sobreviventes expressam mais do que o sofrimento das consequências materiais, físicas, dos efeitos da radiação nos corpos atingidos. A dor é engendrada também pelo embate com o Estado através do confronto verbal com a CNEN e com a FUNLEIDE na busca da afirmação e legitimidade de suas falas. Este é um dos aspectos da construção social do desastre e o descortinamento dos processos de judicialização do sofrimento e da biopolítica do desastre (Silva 2015). Nesta perspectiva, o desastre continua se processando enquanto estiver presente nas experiências daqueles que lutam pela sobrevivência diária, quer seja na procura por atendimento médico, remédios, trabalho, formação profissional ou no agenciamento que dá voz à memória aos moradores da cidade, narrativas estas que se quer silenciadas (Silva 2005a).

Persona Césio: o drama entre pertencimento e silenciamento identitário

‘O desastre não é coisa do passado. Eu costumo dizer que é um fantasma, na minha vida. É um fantasma. Porque onde eu tiver, isso vai estar sempre me perseguindo. Se eu tiver lá no Japão, vai acontecer alguma coisa que eu vou ter que dizer quem eu sou, sabe? Eu vou ter que associar que sou sobrinha do Devair,⁶ que foi o mais assim, né? Onde eu estiver sempre vai correlacionar. Isso é uma das coisas que me revolta. Isso é um fantasma que eu tenho na minha vida. (...) Olha só, pensa comigo. Você tá pesquisando então você para com isso quando você quiser. Agora eu, se eu quiser jogar tudo pro alto e falar: – eu não quero mais isso, num tem como. Eu num vou perder as minhas dores, isso num vai sumir, eu num vou ficar totalmente sã. Entendeu? (...) Assim, eu falo que ele é meu fantasma. Não só na minha vida, na vida de todo mundo. E assim até na vida ... da cidade de

Goiânia, na vida ... cidade também tem vida, não é? (S. 17 anos. Entrevista realizada em 2004).

Experiência distinta à descrita anteriormente, em que existe a busca pelo lugar público da fala na dramaturgia social do desastre, é vivida no cotidiano dos jovens adultos de 2004, e que eram crianças em 1987. As narrativas sugerem que existe um sofrimento engendrado pelo paradoxo entre duas representações: a afirmação de uma identidade forjada pelo desastre da qual não se liberta – pois, a catástrofe é um ‘fantasma’ perambulante – dor ‘que não some’ – e a expressão do desejo de que tudo isto tenha um término. Essa ambivalência entre identidade/identificação e desejo de que tudo acabe, engendra sofrimento e provoca a procura desses jovens adultos pela invisibilidade social como vítima do desastre.

A experiência do desastre molda, na perspectiva desses jovens, a *persona* césio. Como uma identidade entrelaçada ao evento, torna-se impossível de ser dele separada, pois é repetidamente e constantemente atualizada pelas marcas no corpo; pelos objetos evocativos de cenas do passado; pelo cheiro que rememora as terapias adotadas para a descontaminação da radiação e pela rotina do controle médico:

‘Não consigo imaginar a minha vida sem o desastre... é como se eu tivesse nascido, né? No ato do acidente. Até na minha testa tem a... a marca do césio. Eu trago este estigma aqui onde eu vou. (...) É como se a minha vida tivesse começado ali, no desastre. Anteriormente ao acidente, eu era criança, né? E depois eu acho que a minha vida começou depois disso. Através daí que eu vim adquirir o meu caráter. O meu eu. Não tem como separar a identidade (do desastre).’ (L. 14 anos em 1987. Entrevista realizada em 2004).

‘Ah! Cheiro de vinagre num tem jeito de esquecer, não. A gente tomava banho de vinagre e tinha o prédio onde a gente tava e tinha que descer uma escada lá, sabe? Prá tomar banho. O cheiro invadia o prédio. Saia um, entrava o outro prá tomar banho ... daí incendiava aquele cheiro. Aí todo dia que tem salada aqui em casa, vem essa lembrança. Eu lembro da cor dele, também. Aquele vermelho...’ (F.J. tinha 7 anos em 1987. Entrevista realizada 2004).

‘Aconteceu quando eu tinha sete meses, eu acho que eu fui crescendo e vendo que o desastre tinha atingido a minha família, né? Desde quando aconteceu o acidente que a gente veio freqüentando a Fundação (para os chamados “agendamentos” e exames médicos), então isto é uma rotina de vida prá mim, entendeu? É a minha vida que sempre foi isso. É, costumo dizer que é um fantasma. Eu cresci com o desastre. Porque não no sentido psicológico, mas em todos os sentidos. Porque eu tinha sete meses. Então isso, é aquela história da identidade. Isso veio comigo, sabe? É como se eu tivesse nascido com isso. Entendeu? É como se fosse um fio de cabelo, meu. Não. O cabelo cai. É como se fosse um braço, um dedo. Tá comigo, desde os sete meses tá comigo e vai morrer comigo.’ (S. Entrevista realizada em 2004).

Para estas pessoas, o desastre transfigurou humanos em 'césio', um ser híbrido em que as fronteiras entre humano e 'coisa' foram diluídas. Para alguns, o próprio elemento químico adquiriu vida cuja presença no ambiente familiar motivou a visita de amigos à casa contaminada:

'Meu amigo foi lá em casa, acho que um ou dois dias depois que o césio tinha chegado ... já tinha varrido a casa, já tava espalhado tudo na casa, o césio. (...) no ... no chão... lá no meu quarto... onde o césio tava. Meu amigo agachou. Olhou ele lá debaixo da cama, lá (...) o césio vivo mesmo (ênfase) ali.' (L. Entrevista realizada em 2004).

É a percepção desse encontro com o 'césio vivo' que engendrou a segunda identidade do jovem – uma *persona* césio – onde os limites entre o antes e o depois do desastre são diluídos e são estabelecidas características particulares para se situar no mundo. Como afirmado anteriormente, existe a presença constante das lembranças – e das quais se deseja fugir – que se manifestam através do cheiro do vinagre, da evocação das imagens trágicas e da ida aos agendamentos médicos.

Esta experiência como *persona* césio é perpassada por sentimentos e emoções onde se misturam sofrimento, culpa e medo. O compartilhamento da presença do 'césio vivo' acarreta, ao longo dos anos, a preocupação com a saúde do amigo convidado para se encontrar com o césio e manifestada através de perguntas feitas para a antropóloga: 'Teria ele sido contaminado?', 'Ele foi localizado pela CNEN?'. Ao mesmo tempo, a informação recebida na escola e através de conversas com os peritos nucleares de que a radiação pode provocar mutações genéticas nas futuras gerações gera insegurança. Alguns desses jovens, principalmente as mulheres, têm medo do que pode acontecer com os bebês nascidos de futuras gestações. Algumas delas, inclusive, expressaram a recusa à maternidade biológica com medo das possíveis consequências genéticas da exposição à radiação.

A percepção desse ser 'meio césio meio humano', nascido do/com o desastre radioativo, é subjetivamente vivenciado por estes jovens reafirmando a continuidade da tragédia além da temporalidade pontual do evento. O 'fantasma' é uma realidade imersa na vida cotidiana dessas pessoas e as lembranças dos eventos a própria condição de suas existências enquanto pessoas. Mas a *persona* césio expõe outra dimensão da experiência da vítima do desastre que é a de ser testemunha da catástrofe.

Os jovens sobreviventes cujas narrativas foram coletadas, se posicionam como testemunhas, adotando a perspectiva de Laub (1995: 61), de duas formas diferentes, mas interligadas: 1) alguns testemunharam os primeiros momentos do desastre como crianças sobreviventes que perderam todos os brinquedos, que viram suas casas serem demolidas e relembram os fatos e os sentimentos provocados pela experiência vivida durante a fase emergencial do desastre e nos anos subsequentes; 2) outros, como eram ainda bebês em 1987, ou nasceram em 1988–1989, o papel de testemunha foi instituído primeiro no ambiente doméstico com a escuta das narrativas/testemunhos

dos pais, mães e parentes próximos feitos através do compartilhamento de lembranças narradas aos filhos e, em segundo lugar, presenciando e assistindo as entrevistas concedidas pelos adultos à imprensa local e nacional.

No entanto, o pertencimento ao desastre institui estes indivíduos como testemunhas cuja enunciação pública é deliberadamente recusada. Embora se percebam como *persona* césio, rejeitam a visibilidade desta identidade ou a vivência de uma sociabilidade que se efetive a partir dela.

'Mas qualquer pessoa que chega aqui em casa que... ou eu vejo que é um carro de reportagem, ou seja qualquer pessoa diferente que chega aqui em casa, eu fico lá dentro. Se eu não ficar quieta no computador, eu vou para o meu quarto e me tranco lá dentro. Só saiu depois que a pessoa foi embora. Sou igual o meu irmão, entendeu? Por exemplo, ontem ele falou prá você que não lembra de nada. Ele lembra, mas ele não quis falar. No caso de entrevistas em relação ao acidente, eu sempre dou um jeito de escapar. É a questão da exposição, da relação com o meu pai. Eu escuto as histórias das pessoas que foram discriminadas, e eu assim, me sinto fraca. Eu acho que eu não conseguira agüentar um tipo sequer de discriminação. Você eu topei fazer a entrevista, porque meu pai falou que não vai ter foto...'

(S. Entrevista realizada em 20 de fevereiro de 2004).

Se para alguns, é a narrativa de sofrimento e de discriminação trazidas pelos parentes que leva à recusa da fala sobre o desastre, para outros, são as próprias experiências infantis que forjam o silêncio no presente. Entre estas são relatadas aquelas que sucederam a volta à escola após passarem pelo processo de descontaminação. As amizades com antigos colegas foram desfeitas porque proibidas pelos pais e mães das crianças não vítimas. E o que é relatado de forma mais intensa são os termos com os quais eram nomeados: 'esse aí é o resto do césio-137'; 'seu irradiado', 'seu contaminado', 'seu radioativo'. Com medo do estigma, estes jovens procuram o silenciamento público de pertencimento ao desastre ou, em outros termos, o ocultamento deste outro *self* (da *persona* césio) cujo pertencimento é reconhecido, mas escondido.

Seguindo a perspectiva psicanalítica proposta por Caruth (1995: 137), e as análises de Lifton sobre Hiroshima, esta segunda identidade, porque engendrada em situação traumática e no encontro com a morte, não consegue ser reintegrada. Os jovens sobreviventes vivem o paradoxo de duas identidades dissociadas, mas concomitantes, e as lembranças assim produzidas se constituem em memórias traumáticas. Lembranças fixadas num ponto temporal/espaço trazendo experiências de perda e de morte física e simbólica ainda não superadas. Reminiscências que se caracterizam como um passado intrusivo (Kolk e Hart 1995: 158 – 182) cujas memórias encarceradas muitas vezes na representação do corpo não permitem que o ritual de passagem transforme a experiência traumática em experiência de redenção. Pode-se dizer que o drama social (Turner 1974) ainda estaria em processo porque para este grupo social (os jovens) não havia, por um lado,

sido operada a total reintegração social ou, por outro, rompida definitivamente a condição de vítima do desastre, enquanto continuam sendo beneficiários das medidas legais de compensação e classificados pela FUNLEIDE como *radioacidentados*.

Nesta direção de análise, a superação da crise – da descontinuidade – provocada pelo evento crítico ainda não ocorreu (Turner 1974: 37–41). Seguindo com Turner, eu afirmaria que este grupo não vivenciou a passagem da experiência da catástrofe para a ‘experiência da redenção’ porque não se constituíram como ‘comunidades de memória’ que promoveriam rituais coletivos de superação da crise (Turner 1982; Silva 2007). A lembrança do sofrimento vivido e presenciado no passado quer seja pela visualização das feridas do desastre nos corpos de parentes ou, pelas marcas emocionais deixadas pela experiência da discriminação seriam, nesta linha de reflexão, definidoras dos comportamentos de evitação e de procura pelo silenciamento no presente:

‘A ficha começou a cair na hora que o pessoal tava voltando do Rio de Janeiro, né? Os parentes... O Roberto voltou sem o antebraço... o meu tio Devair, ele chegou carequinha...eu presenciei o sofrimento do meu pai, aí seu sofrimento também. O Geraldo tava todo queimado aqui,... o pé, as virilhas dele, tudo. Eu cuidava deles e via o sofrimento deles. É terrível. Eu fiquei frio depois disso. Depois do acidente. Acho que depois de tanto ver os outros sofrer. Porque eu vi meu pai... a coxa assim... Um dia, quando a gente já morava no Setor Maísa, a gente abriu a porta, ele dormindo, tava com a coxa pretinha de formiga assim comendo, porque botavam açúcar pra cicatrizar a lesão. Pretinho. Outra vez, eu vi ele chorar de dor, dele pegar um facão, que a gente tinha em casa, e ele entrar na área de serviço e tentar suicídio. Isto porque não suportava a dor. Eu já tinha assim quase uns quinze anos. É terrível.’ (L. Entrevista realizada em 2004).

‘Na época do césio, o povo discriminava muito meu pai, minha mãe. Quando eles iam trabalhar. Aí o povo não aceitava porque eles tinham é... sofrido o acidente do césio. Meu tio Ivo sempre me contava. Meu tio Odesson ele falando lá que abriu um bar, ele tinha um bar, primeiro tinha um bar, que chamava Quero Quero, as pessoas lá quase não gostavam de comprar lá porque tinha sofrido o acidente do césio. E depois ele foi tentar uma frutaria. A mesma coisa. Contava que tinha sofrido muita discriminação. Quando ele mudou pro novo bairro, as pessoas faziam protesto lá que eles não podiam morar lá. Já escutei falar que quando os meus eram pequenos assim, eles iam brincar, as mães falavam: “Oh!: Vem prá dentro!” Prá não brincar com eles. Também eu quero falar quando, quando a minha prima Leide foi enterrada. O povo que morava ali perto do cemitério foi fazer protesto pra não deixar o carro da funerária entrar, prá enterrar a Leide ali. Porque muitas pessoas foram enterradas ali e eles não queriam que enterrasse ali porque podia ter

contaminação. O povo jogava pedra... arrancava as cruzes do cemitério e jogava no caixão. O povo deitava na frente do carro da funerária para não deixar Leide... o caixão dela passar, né?’ (C. A. Entrevista realizada em março de 2004).

Estas narrativas indicam que as emoções vivenciadas e o comportamento adotado no presente são interpretados como decorrentes das experiências do desastre, que fixadas no passado, são percebidas como impossíveis de serem superadas. Desta forma, para que as atividades cotidianas exercidas na escola e no trabalho não sejam comprometidas, o pertencimento ao desastre é ocultado. Esconde-se a identidade de vítima com medo de sofrer novamente as experiências de discriminação do passado e ser alvo das relações jocosas no presente. Em decorrência, a experiência do desastre funde a temporalidade na persistência do sofrimento como memória e como realidade vivida no presente. É o sofrimento que mescla as lembranças das experiências de 1987; as memórias ouvidas quando narradas pelos parentes mais velhos; as experiências infantis rememoradas em 2004 com o cotidiano vivido em 2004. Passado e presente são urdidos na experiência da dor e no sentimento de dor. Um não existe sem o outro, pois o presente é invadido constantemente pelas feridas e marcas deixadas pela catástrofe de 1987. Seria então a duração da memória (Rocha e Eckert 2013) do sofrimento perdurando ao longo do tempo cronológico desses jovens que engendraria o silenciamento? Desta forma, o desastre teria impingido sobre eles o sofrimento/silêncio como um modo de ser, passivamente aceito como se nenhuma ação de superação tivesse sido realizada como resposta ao impacto físico, social e psicológico sofrido?

Ao compartilhar das afirmações feitas por Fassin e Rechtman (2009: 279) de que o trauma não é um objeto inerte e nem as vítimas sujeitos passivos, minha análise toma outra direção. Entendo a procura empreendida pelos jovens pelo silêncio e pela recusa à narrativa pública do desastre também como agência. Nesta perspectiva, interpreto o silêncio como uma forma particular desses jovens sobreviventes comunicarem suas experiências de sofrimento. Veena Das em seu estudo sobre as violências impetradas sobre mulheres indianas durante as experiências de horror e dor, vividas durante o contexto histórico de separação entre Índia e Paquistão, em 1947, cujas elaborações são posteriormente retomadas por Ross (2001), argumenta que o silêncio das vítimas pode ser um ato consciente de agenciamento (Das 2000; 1987). Para ela, deve-se pensar em novas formas de expressão de agência em contextos dor, por exemplo, naqueles entendidos como eventos críticos. Do mesmo modo, ela afirma que muitas vezes a agência se efetua na recusa, consciente, de verbalizar em palavras a experiência de dor: guardá-la internamente, em silêncio. Para Das, o silêncio é um discurso legítimo de dor. É a partir deste referencial teórico que entendo o silêncio dos jovens, vítimas do desastre de Goiânia, como uma forma particular de linguagem e de resistência. É pelo silêncio que este grupo social conseguiu superar o impacto e a ruptura provocados em suas vidas

pelo desastre mesmo que a memória traumática persista em seus cotidianos enquanto *persona césio*.

Considerações finais – os silêncios e o enfoque geracional: a contribuição da antropologia aos estudos sobre desastres

Os estudos sobre desastres realizados no campo da antropologia têm evidenciado que o uso do método etnográfico, a coleta de narrativas, a realização de um trabalho de campo de longa duração, a observação do fenômeno em sua diacronia e em seu contexto histórico trazem novos olhares sobre as catástrofes ampliando sua compreensão. Interligada a esta escolha metodológica – que possibilita apreender o fenômeno para além do ‘clímax’ do acontecimento e de sua fase *emergencial* – as pesquisas aprofundam as discussões sobre como um evento crítico é vivenciado, apreendido e narrado/vocalizado de acordo com as particularidades dos grupos sociais envolvidos. Uma das contribuições das etnografias produzidas nesse campo, principalmente a partir da década de noventa do século passado, está na análise da interligação entre os eventos críticos e os marcadores sociais da diferença. Não existe ‘uma população afetada’ por um desastre, mas grupos sociais que em razão de sua vulnerabilidade social decorrente entre outros, da idade, do gênero, da sexualidade, da classe social, da religião, da etnia e da identidade profissional particularizam a experiência da/com a catástrofe. O impacto de um desastre, a experiência subjetiva e o protagonismo sobre a descontinuidade – a crise – provocada sobre o cotidiano das pessoas engendram experiências singulares de acordo com estas categorias. Se os desastres são processos historicamente construídos, produtos da acumulação de riscos e de vulnerabilidade social (García Acosta 2005: 22), como parece ser consenso entre os estudiosos do tema, trazer as experiências de grupos sociais distintos é fundamental para sua compreensão e para a formulação de políticas públicas visando a mitigação de seus impactos.

Nos desastres envolvendo radiação, alguns estudos de caráter etnográfico exemplificam minha argumentação. A pesquisa de Garb (1994) em *Mayak Chemical Combine*, na antiga União Soviética, onde a contaminação radioativa atingiu, nos anos cinquenta do século passado, as águas de um rio nas imediações da usina, ilustra como as categorias de gênero e religião particularizam as experiências dos desastres. Como o desastre só foi reconhecido em 1989, pessoas usaram dessa água por mais de trinta anos sem saberem do risco a que estavam expostas. Entre elas, as mais afetadas foram mulheres muçulmanas que, devido aos hábitos tradicionais de higiene, usaram com mais frequência as águas contaminadas. Nesse caso, as categorias de gênero e religião particularizaram a experiência com o desastre. O estudo de Sharon Stephens (1995; 1987) sobre os Lapões (Sami), no contexto da Noruega pós-Chernobyl, exemplifica de outra forma como hábito alimentar e etnia também interferem na forma como as pessoas se relacionam com a catástrofe. Os lapões são pastores de rena, cujo modo de vida foi severamente impactado devido à alta contaminação por césio do líquen, a principal forragem das renas no inverno. Stephens argumenta

que para alguns grupos da comunidade dos Lapões o consumo de carne dos rebanhos familiares pastoreados nos territórios familiares é fundamental para consolidar a noção de parentesco, materializar as memórias do passado e para a construção social dos corpos. É por esta razão que eles continuaram a consumir esta carne, independentemente das proibições e intervenções feitas pelo Estado. Eles consideraram a intervenção do Estado na forma habitual de pastoreio e do consumo de carne contaminada como ameaças às formas tradicionais de reprodução de pessoas e comunidade. A recusa às normas e também a negação das avaliações científicas internacionais, feitas sobre a contaminação e sobre a proibição de se alimentar das renas, apontam para as diferentes posições face às medidas tomadas em resposta ao impacto de Chernobyl nas populações atingidas. Neste caso, permeadas por identidade étnica, hábito alimentar e reprodução cultural.

É a partir do referencial teórico-metodológico apresentado acima que analiso as narrativas dos jovens adultos do desastre de Goiânia, enunciadas em 2004, dezessete anos após serem contaminados pela radioatividade do ‘desastre de Goiânia’, em 1987. Tendo como referência a perspectiva geracional, o texto descreveu e analisou as particularidades de como a memória é trazida para o espaço público como forma de agenciamento face aos impactos sociais e emocionais sofridos. Para uns, a expressão da resistência acontece via uma memória publicamente performatizada; para outros, pela experiência subjetiva do silêncio.

No caso dos adultos (*radioacidentados e policiais do césio*), a experiência do desastre, a constituição da identidade de vítimas e a implementação das medidas compensatórias dependem da vocalização pública da memória ‘que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos’ (Velho 1994: 10). Nesse sentido, trazer as feridas do passado e compartilhá-las publicamente com as *não-vítimas* é projetar o futuro. Para as pessoas destes dois grupos, entendidos aqui como *vítimas adultas*, as narrativas são performatizadas no espaço público e a memória percebida como possuidora de poder mobilizador (Fassin & Rechman 2009: 134–135). Isto é evidenciado tanto nas atuações da Associação das Vítimas do Césio-137 como nas atividades empreendidas pelos *policiais do césio*.

Como analisado em estudos anteriores (Silva 2005; Silva 2015), para as pessoas que constituem este grupo de vítimas, a memória é performatizada e as narrativas das experiências acontecem na cena pública da dramaturgia do desastre. Os diversos atores dessa dramaturgia social (os *radioacidentados*, os *policiais do césio*, os integrantes do sistema biomédico-nuclear e os agentes do Estado) se posicionam publicamente no conflito em torno de ‘verdades em disputa’. Neste cenário, as vozes das *vítimas adultas* são confrontadas e deslegitimadas pela verdade produzida pelo sistema biomédico-nuclear com o objetivo de controlar o conhecimento sobre o evento. Silenciar estas vozes é uma forma de conter os impactos do desastre na política nuclear brasileira e assegurar a expertise da atuação da CNEN no controle da tragédia como abordado

anteriormente. Assim, lutar contra este silenciamento é uma forma de agência. No caso dos jovens – os interlocutores de 2004 – ao contrário, o passado enjaula e engendra uma identidade mista de pessoa e coisa – a *persona césio*. Para seguir vivendo, o desastre – não esquecido e presente no cotidiano – necessita ser silenciado.

Contudo, apesar destas diferenças quanto ao tipo de silenciamento (um imposto e o outro procurado) estes grupos de duas gerações diferentes compartilham a persistência de violências cotidianas que tem impacto sobre suas subjetividades: a voz des-autorizada; o não-cumprimento pelo Estado das medidas compensatórias; a persistência do estigma e principalmente da dualidade entre a 'dor do silêncio'/ 'silêncio da dor'. A singularidade em termos geracionais está na forma distinta que cada um dos grupos encontrou para atuar sobre essa violência cotidiana e sobre a crise que o desastre provocou em suas vidas. Para os adultos, que vivenciaram um silenciamento imposto, a ação coletiva é vislumbrada como uma forma de seguir em frente. No caso dos jovens entrevistados, cuja identidade foi forjada nas experiências infantis de sofrimento, ir além da ruptura e da crise provocada pelo desastre em suas vidas, significa silenciar a dor que não se esquece. A linguagem do silêncio é procurada como uma forma de resistência à violência e ao sofrimento para continuar vivendo.

Notas

- ¹ Instituição de saúde criada pelo Governo do Estado de Goiás, em 1988, para o desenvolvimento de pesquisas sobre os impactos fisiológicos e psicológicos sofridos pelas pessoas consideradas como 'vítimas'; monitoramento daquelas que receberam altas doses de radiação e atendimento de saúde à população atingida e classificada pela instituição em grupos: Grupo I; Grupo II; Grupo III; Grupo IV (Silva 1997). O nome é uma homenagem à primeira vítima fatal da catástrofe, uma criança de seis anos de idade.
- ² Lei estadual nº 10.977, de 03 de outubro de 1989, artigo 4º, inciso II, afirma que será concedida pensão especial vitalícia 'aos descendentes até a 2ª geração, de pessoas irradiadas e/ou contaminadas, na forma deste e do art. 1º, que vierem a nascer após a vigência desta lei'.
- ³ O desmantelamento do aparelho de radiologia ocorreu, segundo a narrativa oficial, no dia 13 de setembro de 1987 e a constatação de que um desastre radioativo estava ocorrendo aconteceu somente no dia 29 desse mesmo mês. Houve assim um lapso de tempo em que pessoas, animais e objetos contaminados circularam pela cidade sem qualquer controle. No processo de descontaminação da cidade, os animais foram aprendidos e mortos, e assim como os objetos contaminados foram levados como rejeitos radioativos para o depósito construído em Abadia de Goiás para abrigar material contaminado pelo césio-137.
- ⁴ A Fundação Leide das Neves Ferreira cria um novo grupo, denominado F1, para acomodar a geração nascida de pais já inseridos nos Grupo I, II, III, como indicado na nota anterior.

⁵ Uma versão preliminar dessas reflexões foi apresentada na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia – RBA (2010). O trabalho tinha por título *Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunho e silêncios*.

⁶ Devair, dono de um ferro-velho localizado na Rua 26-A, do Setor Aeroporto, Goiânia, comprou, em setembro de 1987, de dois papeleiros a sucata de um aparelho de radioterapia, abriu a 'marmitta' de inox contendo césio-137 e posteriormente, fascinado pelo brilho azul que emanava à noite do material radioativo, distribuiu fragmentos do 'pó de césio' a amigos, parentes e vizinhos. Desta forma, ele é percebido pelas pessoas atingidas como um dos agentes centrais da rede social de contaminação (Silva 2002: 137–160).

Agradecimento

À *Wenner Gren Foundation for Anthropological Research* que financiou o trabalho de campo realizado em 2004 através da bolsa *Post-Ph.D./Richard Carley Hunt* (Grant número 7046).

Conflictos de Interés

El autor declara no tener conflictos de interés.

Informação sobre a autora

PhD em Antropologia Social pela City University of New York – Graduate Center (CUNY-GC). É professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia – Brasil, onde atua nas linhas de pesquisa 'Corpo, Representações e Marcadores Sociais da Diferença' e 'Etnografia dos Patrimônios, Memórias, Paisagens e Cultura material'. É integrante do Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões Museais – NEAP onde exerceu a função de coordenadora no período de 2014–2015. Entre suas publicações recentes é *Traces: Mémoires et politiques des désastres en Amérique Latine* (2016, com Diego Zenobi e Susann Ullberg).

Referencias

- Alcalay, G** 1993 Radiation and Indigenous Population: The Marshall Island Case. Trabalho apresentado na *Children Radiation Conference*. The Norwegian Center for Child Research. Trondheim, Norway: 10–14.
- Caruth, C** 1995 An Interview with Robert Jay Lifton. En: Caruth, C (ed.) *Trauma: Explorations in Memory*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Carvalho, A B** 1991 The psychological effects of the Goiânia accident on the emergency responder. En: Ricks R C et al. (eds.) *The medical basis for radiation-accident preparedness III (The psychological perspectives)*. New York: Elsevier Science Publishing Company, Inc.
- Carvalho da Rocha, A L and Eckert, C** 2013 *Etnografia da Duração*. Porto Alegre: Marcavizual.
- Ciência, H** 1988 SBF interroga CNEN. *Autos de Goiânia*: 14–17.

- Ciência, H** 1997 *A Fiscalização hoje*. Entrevista com José Mauro Esteves dos Santos. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência 22(131): 57.
- Das, V** 1987 The Anthropology of Violence and the Speech of Victims. *Anthropology Today* 3(4): 11–13. DOI: <https://doi.org/10.2307/3033216>
- Das, V** 1998 *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Delhi: Oxford University Press.
- Das, V** 2000 The Act of Witnessing: Violence, Poisonous Knowledge, and Subjectivity. En: Das et al. (eds.) *Violence and Subjectivity*. Berkeley: University of California Press.
- Fassin, D** and **Rechtman, R** 2009 *The Empire of Trauma: An Inquiry into the condition of victimhood*. Princeton: Princeton University Press.
- FUNLEIDE – Fundação Leide das Neves Ferreira** 1996 *Dosimetria dos pacientes para Acompanhamento médico Grupo I, II e III*. Documento manuscrito.
- FUNLEIDE – Fundação Leide das Neves Ferreira** 1996 *Listagem Oficial do Grupo III (519 Pacientes)*. Documento manuscrito.
- Garb, P** 1994 Sociocultural Responses to Radiation Contamination in Russia and Some Comparisons with the United States. Paper apresentado em reunião anual da *American Anthropological Association*. Sessão: *Human Rights and the Environment: Crisis, Responses, and Responsibility*.
- García Acosta, V** 2005 El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos. *Desacatos* (19): 11–24.
- Good, B J** 1994 *Medicine, Rationality, and Experience: An Anthropological Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IAEA – International Atomic Energy Agency** 1988 *The Radiological Accident in Goiânia*. Viena: International Atomic Energy Agency.
- Kleinman, A** 1988 *The Illness Narratives: Suffering, Healing & Human Condition*. U.S.: Basic Books.
- Kleinman, A, Das, V** and **Lock, M** (eds.) 1997 *Social suffering*. Berkeley: University of California Press.
- Kolk, B A** and **Van Der Hart, O** 1995 The Intrusive Past: The Flexibility of Memory and the Engraving of Trauma. En: Caruth, C (ed.) *Trauma: Explorations in Memory*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Laub, D** 1995 Truth and Testimony: The Process and the Struggle. En: Caruth, C (ed.) *Trauma: Explorations in Memory*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Lifton, R J** 1967 *Death in Life: Survivors of Hiroshima*. New York: Random House.
- Oliver-Smith, A** 1996 Anthropological Research on Hazards and Disasters. *Annual Review of Anthropology* (25): 303–328. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.25.1.303>
- Palmlund, I** 1992 Social Drama and Risk Evaluation. En: Krinsky, S e Golding, D (eds.) *Social Theories of Risk*. Westport: Praeger Publishers.
- Patterson, P** and **Wilkins, L** 1988 Routinized Reporting of Technological Accidents: Television Coverage of the Chernobyl Disaster. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters* 6(1): 27– 46.
- Ross, F C** 2001 Speech and Silence: Women Testimony in the First Five Week of Public Hearings of the South African Truth and Reconciliation Commission. En: Das, V et al. (eds.) *Remaking a World: Violence, Social Suffering and Recovery*. Berkeley: University of California Press.
- Silva, T C da** 1997 Biomedical Discourses and Health Care Experiences: The Goiânia Radiological Disaster. En: Leibing, A (ed.) *The Medical Anthropologies in Brazil*. Berlin: VWB.
- Silva, T C da** 1998a Política da Memória: recompondo as lembranças no caso do desastre radiológico de Goiânia. En: Brito Freitas, C (ed.) *Memória*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás.
- Silva, T C da** 1998b Soldado é superior ao tempo: Da ordem militar à experiência do corpo como locus de resistência. *Horizontes Antropológicos* 4(9): 119–143.
- Silva, T C da** 2001 Bodily memory and the politics of remembrance: The aftermath of Goiânia radiological disaster. *High Plains Applied Anthropologist* 21(1): 40–52.
- Silva, T C da** 2002 *Radiation Illness, Representation and Experience: The aftermath of the Goiânia radiological disaster*. Unpublished thesis (PhD). City University of New York – Graduate Center (CUNY-GC).
- Silva, T C da** 2004a Desastre como processo: Saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. En: Leibing, A (ed.) *Tecnologias do Corpo*. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Silva, T C da** 2004b Os cientistas sociais no cenário político das sessões especiais do parlamento: A documentação de um caso. En: Chagas Rabelo F e D'arc Bernardes G (eds.) *Políticas Públicas e Cidadania*. Goiânia: Canône Editorial.
- Silva, T C da** 2005 As fronteiras das lembranças: memória corporificada, construção de identidades e purificação simbólica no caso do de desastre radioativo. *Vivência*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (28): 57–73.
- Silva, T C da** 2007 As celebrações, a memória traumática e os rituais de aniversário. *Revista da UFG*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Ano IX(1): 12–18.
- Silva, T C da** 2009 *Radiation Narratives and Illness: The politics of memory on the Goiânia Disaster*. Saarbrücken: Verlag VDM Dr. Muller.
- Silva, T C da** 2010 Eventos Críticos: Sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios. En: Trabalho apresentado na 27ª *Reunião Brasileira de Antropologia*, Belém, Pará, Brasil.
- Silva, T C da** 2014 Lendo rastros/tecendo traços/contando histórias: A configuração de uma trajetória nas Ciências Sociais – UFG. *Sociedade e Cultura* 17(2): 29–53.
- Silva, T C da** 2015a La Catastrophe Radioactive de Goiânia au Brésil. Conflits sur l'interprétation d'un désastre, comment vivre après? *Multitudes* 1(58): 161–166.
- Silva, T C da** 2015b Tracing identities through interconnections: The biological body, intersubjective experience and narratives of suffering. *Vibrant* 12 (1): 265–294. <https://doi.org/10.1590/1809-43412015v12n1p260>

- Silva, T C da** 2016a Narrations cartographiques et production symbolique du désastre radioactive de Goiânia: le travail de la mémoire dans les entre-lignes de l'État. En: Zenobi, D et al. (eds.) *Traces: Mémoires et Politiques des Désastres en Amérique Latine*. Paris: L'Harmattan.
- Silva, T C da** 2016b O lixo radioativo no contexto do desastre com o Cs-137, em Goiânia: Construção da paisagem nuclear e domesticação das percepções de risco. En: Rial, C (ed.) *O Poder do Lixo: Abordagens Antropológicas dos Resíduos Sólidos*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia.
- Stephens, S** 1987 Chernobyl Fallout: A Hard Rain for the Saami. *Cultural Survival Quarterly* 21(1): 1–21.
- Stephens, S** 1995 Physical and Cultural Reproduction in a Post-Chernobyl Norwegian Saami Community. En: Ginsburg, F e Rapp, R (eds.) *Conceiving the New World Order: The Global Politics of Reproduction*. Berkeley: University of California Press.
- Turner, V** 1974 *Dramas, Fields, and Metaphor: Symbolic Action in Human Society*. Ithaca: Cornell University Press.
- Turner, V** 1982 *Celebration: Studies in Festival and Rituals*. Washington, D.C.: Smithsonian.
- Velho, G** 1994 *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Yoneyama, L** 1992 *Hiroshima Narrative and the Politics of Memory*. Unpublished thesis. Stanford University.

Cómo citar este artículo: Silva, T. C. da (2017). Silêncios Da Dor: Enfoque Geracional E Agência No Caso Do Desastre Radioativo De Goiânia, Brasil. *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 46(1), pp. 17–29, DOI: <https://doi.org/10.16993/iberoamericana.104>

Publicado: 24 January 2017

Derechos de autor: © 2017 Los autor(es). Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0 Licencia Internacional (CC-BY 4.0), que permite el uso ilimitado, distribución y reproducción en cualquier medio, siempre que el autor original y la fuente se acreditan. Ver <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.



Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies, es una revista de acceso abierto revisada por pares publicada por Stockholm University Press.

OPEN ACCESS